COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6787, DE 2016, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, E A LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974, PARA DISPOR SOBRE ELEIÇÕES DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES NO LOCAL DE TRABALHO E SOBRE TRABALHO TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" – PL 6787/2016

PROJETO DE LEI Nº 6.787, DE 2016

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se a alteração no art. 10 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, constante no art. 2º do Projeto de Lei.

JUSTIFICAÇÃO

A reforma proposta pelo Governo atinge diversos aspectos da legislação trabalhista, entre eles a Lei nº 6.019, de 1974, que regula o trabalho temporário.

A inovação pretendida implica ampliação do prazo de contratação, de 3 meses para 120 dias, com possibilidade de prorrogação.

Entendemos que o trabalho temporário é cabível apenas em situações excepcionais, em virtude de situações extraordinárias ou sazonais, sendo 3 meses um período longo o bastante para atender a essas hipóteses. O prazo atual reflete a duração de uma estação do ano e equivale exatamente ao período de experiência da CLT.

Entendemos que a ampliação desse prazo será prejudicial ao trabalhador, elevando a duração de um emprego que, por ser temporário, já traz em si a marca da instabilidade.

Além disso, a nova redação apresenta dubiedades e incongruências, a exemplo do disposto no § 3º, que determina a conversão do contrato temporário em contrato a prazo indeterminado. Ora, uma característica importante do contrato temporário é a relação tripartite, em que o trabalhador é contratado por uma empresa para prestar serviço em outra. Nesse caso, o projeto não deixa claro se a conversão para prazo indeterminado ocorrerá com a empresa contratante ou com aquela que efetivamente recebe o trabalho.

Nesse contexto, o art. 10 da Lei nº 6.019/74 deve permanecer inalterado, suprimindo-se a alteração pretendida. Assim, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para garantir a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 17 de março de 2017.

Deputado SERGIO VIDIGAL